



FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO DE VIDEOVIGILÂNCIA - GENÉRICA

1ª Notificação: [] Alteração da notificação anterior: [] Substituição da notificação já efectuada, mas ainda não autorizada: []

Preencher caso for alteração: Nº de Processo: Ano:

Finalidade: Protecção de Pessoas e Bens: []

1. Responsável pelo Tratamento

Pessoa Singular: [] Pessoa Colectiva: []

- a) Nome/Denominação:*
b) Nome Comercial:
c) Actividade desenvolvida:*(anexo 2)
d) NIF:

1.1 Endereço da entidade

- e) Província: f) Municipio:
g) Distrito/Bairro/Rua:
h) Telefone: /
i) Caixa Postal:
j) E-mail:*

1.2 Morada de Instalação das câmaras

Morada do local da instalação é a mesma da morada indicada em 1.1 []

- k) Província: l) Municipio:
m) Distrito/Bairro/Rua:
n) Telefone: /
o) E-mail:*
p) Nome da pessoa de contacto:*
q) E-mail:*
r) Telefone: /

1.3 Processamento da Informação

Serviço externo encarregado do processamento: Sim [] Não [] (Se não -> 2)

Entidade Encarregue:*
Província: Municipio:
Bairro/Rua:

2. Característica do sistema/câmaras

- a) Nº total de câmaras: * [] b) Visualização em tempo real: []
c) Qual é o prazo máximo de conservação dos dados?*:
d) Captação de imagem: [] e) Captação de som: []

2.1 Acesso e transmissão

- f) Quem tem acesso às imagens em tempo real?*:
g) Acesso local: [] h) Acesso remoto: []

2.2 Transmissão e Armazenamento

i) Transmissão de imagens para exterior do estabelecimento:

Sim

Não

Local para onde é realizada a transmissão.

j) Forma de armazenamento

Local:

Nuvem (*Fora de Angola*):

Nuvem (*Angola*):

k) Zonas abrangidas pelo sistema de videovigilância: (*obrigatório a descrição*).

Caso o espaço não for suficiente, anexe uma lista com as respetivas zonas.

l) Procedimento de informação ao público sobre a existência das câmaras:

Sim

Não

3. Exercício do direito de acesso às imagens gravadas

Morada do local do exercício do direito de acesso é a mesma indicada em 1.

a) Município: _____

b) Bairro: _____

c) Rua: _____

d) Telefone: _____

e) E-mail: _____

3.1 De que forma é exercido o direito de acesso?

f) Presencial:

g) Escrita:

h) Outra:

4. Medidas de segurança a implementar

a) Medidas de segurança física:

Especifique as medidas físicas de segurança do sistema:

b) Medidas de segurança lógica:

Especifique as medidas de segurança lógica do sistema:

5. Representante dos trabalhadores

Existe representante dos trabalhadores?

Sim

Não

a) Se sim, juntar a cópia do parecer ou comprovativo do pedido.

6. Anexar a(s) ficha(s) técnica do Sistema CCTV

Declaro que as informações prestadas neste formulário são verdadeiras, bem como todos os documentos de suporte e estou ciente que a apresentação de falsas informações ou documentos são puníveis nos termos da lei em vigor.

Em _____, aos _____ / _____ /20__

Assinatura*



República de Angola

APD Agência de
Protecção de Dados

ANEXOS

ANEXO 1: - INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DE NOTIFICAÇÃO DE VIDEOVIGILÂNCIA

(*) Campos de Preenchimento Obrigatório

CONCEITOS/DEFINIÇÕES	
Nome:	Indicar o nome da pessoa singular responsável pelo tratamento.
Denominação:	Refere-se à designação oficial de uma instituição pública ou privada responsável pelo tratamento.
Nome comercial:	Pode ser a sigla ou designação em relação à qual a instituição é mais conhecida.
Actividade desenvolvida:	Ver o anexo 2.
Serviço Externo encarregado do processamento:	Deve-se responder se existir uma pessoa singular ou colectiva, autoridade pública, serviço ou qualquer outro organismo que trate dos dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento.
Visualização em tempo real:	Ocorre quando a imagem é disponibilizada no momento em que ela é captada.
Transmissão de imagens para exterior do estabelecimento:	Pode ocorrer por via electrónica ou em suporte físico.
Zonas abrangidas pelo sistema de videovigilância:	Solicita-se que se indique todas as zonas que ficam sob o alcance das câmaras de videovigilância, no exterior e/ou no interior.
Interconexões de tratamentos	Relacionamento de dados de um ficheiro com dados de outro ou outros ficheiros mantidos pelo mesmo responsável com outra finalidade ou por outros responsáveis pelo tratamento.
Exercício do Direito de Acesso:	O responsável de tratamento deve indicar o lugar bem como a forma como é exercido esse direito.
Medidas de segurança físicas:	Ocorre quando temos barreiras físicas que impeçam que pessoas não autorizadas tenham acesso a espaços onde os dados estão guardados.
Medidas de segurança lógica:	Consiste na implementação de chaves de acesso, encriptação do conteúdo e registos de operações efectuadas no sistema.
Podem ocorrer situações em que estejam implementadas, simultaneamente, medidas de segurança física e lógica.	

Anexo 2: ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

ACTIVIDADES	
Actividade de Televisão	Negócios Estrangeiros Previdência Social
Administração Pública (Central, Local)	Produção da Água
Alojamento (Hotel, Residencial, Pensão, etc.)	Produção da Electricidade
Centro Comercial Publicidade, Estudos de Mercado, Sondagens de Opinião	Serviço de Internet (processamento de dados, domiciliação de informação)
Comércio Electrónico Actividade Financeira	Saúde
Defesa	Segurança e Ordem pública
Emprego (Seleção, fornecimento de recursos humanos)	Segurança Privada
Ensino (Pré-escolar, Básico, Secundário, Superior)	Seguros Justiça Informática
Estabelecimento comercial de venda a público	Telecomunicação
Transporte (Aéreo, Marítimo, Terrestre)	